



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025

Análise dos relatórios de avaliação e monitoramento dos Plano Municipais de Educação dos municípios do território Portal do Sertão

Adriele Campos Tosta¹; Fabio Dantas de Souza Silva²

1. Adriele Campos Tosta, PIBIC/FAPESB, PEDAGOGIA, e-mail: adrielectosta@gmail.com

2. Fabio Dantas de Souza Silva, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: fdssilva@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Plano Municipal de Educação; Educação do Campo;
Monitoramento; Avaliação.

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) é um instrumento estratégico alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e aos Planos Estaduais, compondo os planos decenais que orientam a política educacional por dez anos, com foco em continuidade administrativa, articulação federativa e participação social. Segundo Dourado et al. (2016), tais planos devem ser entendidos como políticas de Estado, e não apenas de governo, exigindo monitoramento e avaliação contínuos, como destacam Aranda et al. (2020).

Saviani (2007) aponta que a educação brasileira reflete diferentes concepções de Estado, o que compromete a consolidação de um Sistema Nacional de Educação. Para Silva (2020), a educação deve ser analisada como política pública em meio às contradições do Estado capitalista.

Nesse contexto, o trabalho busca analisar os PMEs dos municípios do Território Portal do Sertão, especialmente os relatórios de avaliação e monitoramento referentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à Gestão Democrática nas escolas do campo. O estudo está vinculado ao projeto de pesquisa “Os Planos Municipais de Educação dos Municípios do Território Portal do Sertão: um estudo sobre a educação do campo”, coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Dantas de Souza Silva.

O interesse da pesquisa é compreender as metas e estratégias destinadas à Educação do Campo, reconhecendo sua importância histórica como conquista dos movimentos sociais de trabalhadores rurais (Vendramini, 2007). Assim, a investigação pretende

discutir como os PMEs tratam a Educação do Campo e a Gestão Democrática, tendo como objetivos: levantar os relatórios de monitoramento e avaliação; analisá-los quanto aos Anos Iniciais e à Gestão Democrática; mapear pesquisas sobre o tema no banco de dados da CAPES; e ampliar a compreensão sobre as políticas educacionais voltadas ao campo.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Segundo Minayo (2008), a metodologia orienta e organiza a pesquisa científica, garantindo qualidade e relevância. No estudo “Análise dos relatórios de avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação dos municípios do Território Portal do Sertão”, adota-se a pesquisa documental, definida por Cellard (2008) como a análise de documentos a partir de coleta, seleção e interpretação crítica das fontes.

Foram examinados dois conjuntos de materiais: (i) os relatórios de avaliação e monitoramento dos PMEs disponíveis no PNE em Movimento, referentes a municípios como Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Santa Bárbara, Santo Estêvão e Terra Nova; e (ii) teses e dissertações do Catálogo da CAPES que tratam dos PMEs da Bahia (2015-2024), entre elas pesquisas de Melo (2016), Ovídio (2018), Paim (2021) e Santos (2023).

Para sistematizar o material, foram utilizadas planilhas e uma rubrica de análise que contemplou categorias como tema, metas, metodologia, base teórica, problema, objetivos e resultados. Esse processo assegurou o rigor da seleção e interpretação, permitindo identificar desafios, lacunas e avanços na implementação dos PMEs e contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das políticas educacionais no Território Portal do Sertão.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

O levantamento inicial no PNE em Movimento mostrou que, dos 17 municípios do Território Portal do Sertão, apenas oito apresentaram registros de monitoramento/avaliação dos PMEs, de forma pontual e limitada aos anos de 2017 e 2018. A ausência de continuidade e o baixo detalhamento dos relatórios revelam um monitoramento burocrático, sem indicadores claros, sem atenção à Educação do Campo e distante de uma prática democrática efetiva. Além disso, as solicitações de documentos

complementares às Secretarias de Educação não obtiveram retorno, evidenciando fragilidade na transparência e na participação social.

O levantamento de teses e dissertações na CAPES (2016-2023) identificou 42 trabalhos, sendo 40 da Bahia e 20 com menção direta aos PMEs, sobretudo em 2021 e 2022. Os resultados confirmam a observação de Aranda et al. (2020): o monitoramento e avaliação dos planos decenais são pouco explorados pela pesquisa acadêmica, o que reforça a fragilidade institucional já evidenciada nos relatórios oficiais. Ainda que algumas dissertações apontem experiências positivas, falta continuidade e abrangência regional, o que limita a compreensão global da implementação dos PMEs no Portal do Sertão.

Assim, os achados revelam uma combinação de monitoramento fragmentado, pouca transparência institucional e escassez de produção científica, reforçando a urgência de fortalecer fóruns municipais de educação e incentivar estudos que subsidiem políticas públicas mais eficazes e democráticas, com atenção especial às comunidades do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

A análise dos relatórios de monitoramento e avaliação dos PMEs no Território Portal do Sertão evidenciou fragilidade institucional, marcada por registros pontuais (2017-2018), sem atualização contínua, comprometendo a transparência e a efetividade do acompanhamento. Verificou-se ainda a invisibilidade da Educação do Campo, já que as metas aparecem de forma genérica, sem detalhamento sobre escolas rurais, Anos Iniciais ou gestão democrática. Essa lacuna reflete o que Dourado et al. (2016) denominam de fragilidade político-institucional, mostrando o distanciamento entre a normatização e a prática. O levantamento na base da CAPES confirmou o quadro, revelando escassez de pesquisas específicas sobre monitoramento e avaliação dos PMEs, conforme apontado também por Aranda et al. (2020).

Conclui-se que é urgente fortalecer os mecanismos de acompanhamento e participação social, garantindo que os PMEs deixem de ser instrumentos formais e se consolidem como práticas efetivas de gestão democrática. Somente com participação social substantiva será possível avançar em políticas educacionais contextualizadas, atualizadas e comprometidas com a equidade, especialmente para populações historicamente invisibilizadas, como as do campo.

REFERÊNCIAS

ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evely Solaine de Souza; MILITÃO, Sílvia Cesar Nunes. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. *Educar em Revista*, v. 36, p. e69767, 2020.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil

BRASIL. Presidência da República. Lei. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 01 de maio de 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; JUNIOR, Geraldo Grossi; FURTADO, Roberval Angelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 32, n. 2, p. 449-461, 2016.

PTDRSS. CODETER. Portal do Sertão. Disponível em: [https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS do Portal do Sertao.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS_do_Portal_do_Sertao.pdf). Acesso em: 04 de maio de 2024.

SILVA, Fábio Dantas de Souza. O “Território” da Educação do Campo no “Latifúndio” do Plano Nacional de Educação: os desafios para a garantia do direito à educação. *Revelli*, v. 12, p. 1-22, 2020.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 2009. Disponível em: https://siposg.furg.br/selecao/download/1123/pesquisa_documental.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316